

Intervenção do prof. António Magalhães

O concelho de Oliveira de Azeméis completa hoje 211 anos de independência e é esta a razão por que aqui nos encontramos.

Muito para além das breves considerações que alinhabei para corresponder à amabilidade do convite que me foi dirigido, penso que a cerimónia de hoje, na sua simplicidade, entra de pleno direito na nossa história com a publicação do livro que é oficialmente apresentado. Trata-se de um valioso trabalho de investigação e pesquisa, e só quem alguém, alguma vez, se propôs indagar o quer que fosse, mexendo e remexendo velhos e poeirentos arquivos, poderá avaliar da dimensão da tarefa, para mais quando, como no caso presente, escassearam os meios de consulta. Felicito, por isso, o Dr. João Tiago Tavares pelo seu esforço, congratulação que terei de tornar extensiva a quantos com ele colaboraram e a quem, naturalmente, sonhou e decidiu a edição.

Sucede ainda, numa coincidência muito feliz, que o trabalho aparece quando se completa o centenário dos “Anais do Município”, saídos dos prelos em 1909 por vontade e decisivo suporte financeiro do Professor Bento Carqueja. Por sua iniciativa, os “Anais” foram editados em livro a partir dos preciosos elementos recolhidos e redigidos por José António Gomes Leite Rebelo, Visconde de Santa Maria de Arrifana, que, apesar de não ter nascido entre nós, para aqui veio criança ainda, aqui se radicou até ao fim, prestando valiosos serviços nas mais diversos áreas, entre as quais a presidência da nossa Câmara. Apesar das suas imprecisões e insuficiências, os nossos “Anais” são ainda hoje indispensável meio de consulta. E porque esgotados de há muito, considerados hoje raridade de raras bibliotecas, oxalá seja um dia possível a sua reedição.

Queria ainda saudar com grande amizade, estima e respeito, os Senhores ex-Presidentes da nossa Câmara aqui presentes ou representados, e saudar, nas suas honradas pessoas, a memória de todos quantos, ao longo destes 211 anos, pugnaram com paixão pela defesa dos interesses do nosso concelho e pelo bem-estar dos seus concidadãos.

*

5 de Janeiro de 1799 é a data de nascimento do nosso concelho. A nossa emancipação não terá sido tarefa fácil, pois que se tornou necessário lutar contra os senhores poderosos das Terras da Feira. Aliás, de acordo com um texto há muito publicado por Manuel Mendes Tarrafa, que, com o pseudónimo Manuel Mentarfa, deixou vasta obra, teria havido uma outra tentativa: em tempo do Rei D. Pedro II, que reinou de 1683 a 1706, por conseguinte cerca de um século antes da nossa efectiva independência, foi-lhe dirigida uma não atendida súplica.

Historicamente, a independência do nosso concelho é atribuída à Rainha D. Maria I, e, efectivamente, assim aconteceu, assim consta no título do alvará de 5 de Janeiro de 1799. No entanto, e em verdadeiro rigor, a infeliz rainha já não governava, afastada que estava há muito por incapacidade física, havendo reunido as cortes para nomear o príncipe herdeiro João regente do reino.

A Rainha D. Maria I, senhora de rara cultura, dominando perfeitamente a língua francesa, dedicou muita da sua acção na protecção às letras, criando um grande número de escolas de vários graus de ensino, devendo-se-lhe a fundação da Academia Real das Ciências e da Casa Pia de Lisboa.

Mas no seu curto reinado de sete anos, a piedosa rainha foi vítima de brutais desgostos: morreu-lhe a mãe, o marido e o filho José, o jovem herdeiro do trono; por outro lado, e de acordo com os biógrafos, impressionou-a demasiado o assassinio cruel dos reis de França, Luís XVI e Maria Antonieta, com quem mantinha relações de grande proximidade.

Segundo uma carta do Ministro dos Estrangeiros português, Luís Pinto de Sousa Coutinho, ao nosso embaixador em Londres, datada de 4 de Fevereiro de 1792, e passo a citar, “D. Maria,

que sempre tivera um temperamento triste e sujeito a afecções nervosas, começara a manifestar, desde Outubro último, uma grande melancolia, aflições nocturnas, sonos interrompidos e abatimento do espírito; em Janeiro a moléstia acentuara-se e o delírio tornara-se constante”. Perante isto, o mesmo ministro providenciara pela vinda a Lisboa de um médico inglês famoso, o Dr. Willis, conhecido mundialmente como alienista, designação então dada aos psiquiatras. Mas apesar desta consulta, a situação tornava-se irreversível, e o mesmo Ministro dos Estrangeiros, em nova carta, dizia que se tinham perdido na corte as esperanças de melhoras e que, segunda as suas próprias palavras, D. Maria I caíra em estado de idiotia. De uma forma bem mais cruel, o Marquês de Resende, que fora camarista da Rainha, escreveu na revista “Panorama” que a morte de Luís XVI e Maria Antonieta e revolução republicana francesa “lhe tinham dado volta ao juízo”, nas suas próprias e rudes palavras.

E assim, em 5 de Janeiro de 1799 o trono estava já confiado ao príncipe regente D. João, mais tarde aclamado como D. João VI. E é ele que assina o alvará da nossa emancipação, acompanhado de José Seabra da Silva, então ministro do Reino, designação que a República alterou para ministro do Interior, e, após 25 de Abril, ministro da Administração Interna. E embora não sejam conhecidas provas documentais que a comprovem, a ideia generalizada é de que este José Seabra da Silva foi, de facto, o grande patrocinador da nossa independência.

Segundo o estudo do Dr. Maurício Fernandes, José Seabra da Silva, natural de Vilela, em Paços de Ferreira, recebeu a Comenda de Oliveira de Azeméis em 2 de Julho de 1779 e, após o exercício de altas funções de Estado, foi secretário do Marquês de Pombal; caindo em desgraça, foi por ele condenado ao degredo e mais tarde reabilitado por D. Maria I.

O alvará da independência esclarece as razões da decisão, e passo a citar: “A povoação de Oliveira de Azeméis e a sua freguesia é uma das mais consideráveis do concelho da Feira, que pelo número de habitantes e pela extensão do seu termo compreende mais de sessenta freguesias, fazendo-se por isso impraticável o uso da justiça, assim pela multidão dos litigantes como pela situação das habitações, principalmente as que ficam em maiores distâncias para a parte do Sul, cortadas por ribeiros caudalosos, sofrendo a administração da justiça, arrecadação dos direitos dos órfãos e os direitos das partes derivados de obrigações civis e criminais aqueles detrimientos que são inevitáveis aonde falta a providência saudável da justiça pronta e eficaz”.

Esta preocupação da Rainha D. Maria I com a providência saudável da justiça pronta e eficaz continua actual passados que estão 211 anos.

Em 5 de Janeiro de 1799 Oliveira de Azeméis seria, naturalmente, uma povoação essencialmente rural, não mais que um povoado ao longo da velhinha Rua Direita, desde Lações até às Aldas, um trajecto a que correspondem hoje, aproximadamente, as ruas Conde de Santiago de Lobão, Bento Carqueja, António Alegria e Rua do Cruzeiro. Mas a hoje Praça Dr. José da Costa, então Praça dos Vales, era já centro de um mercado semanal, ao domingo, para onde se dirigiam multidões desde a beira-mar até à serra. Velhos escritos dizem que se negociavam semanalmente cerca de quarenta carros de milho, então principal alimento da população e do muito gado. Correspondendo um carro de milho a 40 alqueires e pesando cada alqueire cerca de 15 kg, conclui-se que por aqui se comerciavam dominicalmente 24 mil kg, isto é, 24 toneladas.

A então promovida vila de Oliveira de Azeméis teria já alguma capacidade económica, pois que aqui se ergueu, entre 1719 e 1726, por conseguinte sessenta e alguns anos antes da emancipação, a nossa imponente Igreja Matriz, considerada ainda hoje uma das mais vastas e melhor concebidas da região, avultando um escadório que, decorridos quase três séculos, aparece referenciado frequentemente em exigentes revistas de arquitectura. E ao longo do referido trajecto situavam-se já solarengas casas trabalhadas artisticamente no melhor granito, e que albergavam famílias da melhor nobreza da região. Aqui a dois passos, no Côvo, a produção do vidro era de há muito referência nacional.

Pela força dos homens o nosso concelho foi crescendo e progredindo. Será impossível, a esta distância, fixar as fases dos nossos maiores avanços, sem cometer grave probabilidade de erro.

Mas penso ser-me permitido assinalar quatro períodos principais.

Um deles, o primeiro, ter-se-á vivido quando a Câmara se abalançou à construção dos Paços do Concelho. Aconteceu no tempo do Presidente Manuel José Correia Martins, natural de Nogueira do Cravo, um apaixonado pela causa liberal que combateu, com o posto de capitão, nas hostes de D. Pedro IV. Foi no seu mandato elaborado o projecto e adjudicada a execução, após a compra de umas casas anexas ao terreno comprado inicialmente. Foi ainda aberta a velha estrada para Cesar, com passagem pela Ribeira Verde, onde um bloco granítico encrostado na velha ponte, e hoje colocado em frente à sede da Junta, recorda o seu nome.

O segundo período recuará ao chamado “Fontismo”, isto é, o período de acção do dinâmico e empreendedor político Fontes Pereira de Melo, deputado, ministro e presidente do Conselho de Ministros durante dezasseis anos. Foi tempo de rasgar as estradas que nos colocaram em ligação com Estarreja, Ovar, Vale de Cambra, Arouca, ainda a estrada do Caima, isto para falar nas vias principais.

Dir-vos-ei que num curto período de cerca de quinze anos construíram-se no nosso concelho pelo menos as seguintes pontes: Escravilheira, na linha de fronteira da cidade com a Macinhata; Vilar, na estrada que liga a Cidacos; Moinho do Meio, na estrada do Caima; Minhoteira, na fronteira com o concelho de Estarreja; Ribeira Verde, em Nogueira do Cravo, Ruivo, em Madail; Cavalari e Tonce, na estrada para Estarreja; Margonça, Cavaleiros e Pego, na velhinha estrada real; em Ossela, na estrada para Vale de Cambra, também em Carregosa.

Um levantamento que não é exaustivo, porque haverá mais. Face aos meios de então e às dificuldades que a construção das pontes levantava, é fácil avaliar o esforço financeiro.

Fontes Pereira de Melo foi o grande dinamizador dos caminhos-de-ferro, e neste ponto haverá que recordar uma batalha política travada no distrito. Naturalmente que todas as terras reclamavam, então, a passagem da Linha do Norte no seu território. Simultaneamente avançava-se com a estrada real de Lisboa ao Porto. Refere a tradição que um possível acordo de cavalheiros entre os combativos políticos José Estêvão, de Aveiro, e José da Costa, nosso conterrâneo cujo bicentenário a Câmara evocou recentemente, levou a que Aveiro ficasse com o caminho-de-ferro e Oliveira de Azeméis com a estrada real.

Naturalmente que ninguém poderá documentar o eventual acordo de cavalheiros, transmitido de geração em geração. Mas a leitura que fiz, no “Arquivo do Distrito de Aveiro”, de uma carta dessa oportunidade, torna-o verosímil para mim. A carta foi enviada por José Estêvão a Mendes Leite, seu amigo e correligionário e presidente da Câmara de Aveiro, e diz a certo ponto: “Não há dúvidas que teremos muitos fomentos, acabando-se neste Verão os que aí estão principiados e fazendo-se o caminho-de-ferro do Porto a Coimbra. Não te asseguro que vá por Aveiro, porque os engenheiros estão todos inclinados a interná-la o mais possível”. Internar significava, obviamente, fazê-la passar mais pelo interior. José Estêvão vivia grandes dúvidas...

Seguem-se, nesta minha escolha, o final do século XIX e o início do século XX. O fim do século ficou assinalado pela inauguração do hospital, oferta de beneméritos. Em 1906 é fundada a Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e inaugurado o primeiro abastecimento de água; em 1909 começam os trabalhos, pelo esforço de um punhado de heróis, para a transformação do Monte dos Crastos que paraíso de La Salette, menina dos olhos dos oliveirenses. Entretanto, em 1908, o Rei D. Manuel II vem até nós inaugurar o primeiro troço da Linha do Vouga.

Quantos assistem hoje ao abandono da Linha, sobretudo os mais jovens, ignoram que a ela se deve, inquestionavelmente, o decisivo progresso do nosso concelho e da região. Os escritos dos tempos falam das autênticas batalhas parlamentares em volta da escola do traçado definitivo. Oliveira de Azeméis teve que vencer a influência política dos poderosos senhores do

então concelho de Macieira de Cambra, já que o primitivo traçado estabelecia o percurso directamente de Sever do Vouga a São João da Madeira, com passagem pelas terras de Cambra. Pena, talvez, que não se tivesse optado pela proposta do Professor Bento Carqueja, pretendendo que, a partir de São da Madeira e Vila da Feira, o traçado seguisse directamente a Gaia, à estação das Devesas, pondo-nos em contacto rápido com a cidade do Porto. A título de curiosidade direi que, num dos traçados, a estação de O. Azeméis situar-se-ia pelas Barrocas, seguindo a linha pelo Moinho do Meio, em direcção a Macinhata, Travanca e Pinheiro. A força política do Abade António Nunes, pároco de UI, conseguiu desviar a linha pela sua paróquia.

Não poderá ainda esquecer-se a criação, pela mão de Bento Carqueja, da Escola de Artes e Ofícios, quando o ensino técnico era raro privilégio de raras cidades, e os avanços que daí resultaram.

A última fase situou-a no após Guerra de 1939 a 1945, mais precisamente no abrir da década de cinquenta, quando se verificou aquilo que muitos chamam, e com inteira propriedade, a nossa revolução industrial. Foi, efectivamente, a explosão para o desenvolvimento económico, industrial, comercial, da construção, etc. O concelho abandonou definitivamente o carácter de ruralidade, transformando-se num dinâmico centro urbano, que os nossos parlamentares consagrariam mais tarde, em 16 de Maio de 1984, com a elevação a cidade.

Entenderão que, intencionalmente, não me alongue pelos tempos mais recentes. Estamos ainda muito próximos dos acontecimentos e há o conceito generalizado de que o rigor e isenção da história exigem distanciamento. Outros farão a devida análise, com bem melhor propriedade, em muitos 5 de Janeiro que haverão de ser celebrados.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

É tempo de terminar. E quero fazê-lo com um brevíssimo apontamento. Voz autorizada da Administração Regional de Saúde do Norte, em visita de trabalho entre nós, pronunciou-se publicamente pela escolha do concelho para construção do anunciado e desejado hospital. Por certo todos nos congratulamos com a decisão, que corresponde, de resto, a um acto de inteira justiça. É tempo de agir. Sabe-se que o anúncio não passa de um primeiro passo, ainda que decisivo. Novas e árduas batalhas se seguirão. No total respeito pelas opções ideológicas de cada uma, que jamais se discutem, saberão todas as formações partidárias envolver-se neste apaixonante processo. Porque a vitória final não será de qualquer delas, mas de Oliveira de Azeméis e dos Oliveirenses.

Obrigado.

O. Azeméis, 5 de Janeiro de 2010